

Eng.º José Luis Andrade¹

A Identidade Nacional

Ao procurar tratar o tema, tive naturalmente de escolher entre várias metodologias e abordagens possíveis. Por um lado, sentindo-me falho de saber ou atrevimento para enveredar pela via académica ou erudita e, por outro, o propósito, amplitude e limitação de tempo da comunicação levaram-me a procurar uma abordagem humildemente pessoal e despretentosa, sem mais citações e notas à margem que as estritamente necessárias e retidas na memória. Não me pude desprender,

¹ RESUMO CURRICULAR

Licenciado em Engenharia Electrotécnica (Telecomunicações e Electrónica) pela Academia Militar (como aluno civil), em 1977, após uma fugaz passagem pelo projecto industrial, onde se iniciou na utilização de microprocessadores e outros automatismos, começou uma carreira académica (co-regente da cadeira de Energia e Recursos Naturais e de Física Atómica e Nuclear), na Universidade dos Açores que o levaria como bolseiro da INVOTAN e da JNICT a uma universidade americana (Arizona State Univ.) onde, no princípio dos anos 80, realizou várias pós-graduações e leccionou/investigou na área da conversão, em larga escala, de energia solar em electricidade.

Regressado a Portugal, em 1986, foi convidado a chefiar a *direcção-geral* de informática do Ministério da Saúde, onde, para além de assegurar a coordenação dos três principais pólos informáticos, concebeu e implementou o controlo automatizado da facturação das farmácias resultante da prescrição médica, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Mais tarde, na qualidade de Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa, para as áreas tecnológicas, pode aplicar os seus conhecimentos informáticos aos equipamentos e sistemas de defesa e segurança, tendo, na altura, sido auditor do Curso de Defesa Nacional (91). Essa experiência veio a revelar-se fundamental no desafio que uma Instituição Financeira de referência - a CGD - lhe lançou para que assumisse, como Director, a reestruturação e posterior coordenação do seu departamento de Segurança. Para além da definição da política e estratégias de gestão de segurança da empresa, implementou modelos actualizados de análise de risco, favorecendo a introdução em Portugal de novos conceitos e equipamentos.

Apesar do desvio de rumo na sua actividade principal nunca se desligou do ensino universitário tendo sido docente na Academia da Força Aérea, na European University, no ISQ, na International Faculty for Executives, no Instituto Rainha D^a Leonor e na Universidade Católica.

Foi igualmente assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo à sua responsabilidade a coordenação da execução e implementação do Plano Director para os Sistemas de Informação.

Até há bem pouco tempo foi Administrador da EAPS, SA, uma empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos vocacionada para a elaboração de análise de risco pessoais, patrimoniais e ambientais. Actualmente, exerce funções, como consultor do Conselho de Administração, nos HPP, SGPS, igualmente do Grupo CGD.

A formação cultural deste engenheiro, especialista em tecnologias da informação e do conhecimento, levou-o a diversificar os seus interesses para a história, assim construindo uma aptidão complementar que tem exercido em acções de formação, em conferências e em ensaios publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Recentemente, iniciou os seus trabalhos de preparação para a obtenção do grau de Doutor em História, com uma tese sobre a participação portuguesa na Guerra Civil de Espanha.



contudo, de alguns vícios de estruturação que talvez advenham da minha formação profissional de base. Nomeadamente, faz-me sempre falta, antes de qualquer elaboração discursiva, o apoio das definições, dos conceitos e dos critérios. Temendo tornar-me fastidioso, procurei, no entanto, reduzir ao mínimo essas sistematizações prévias. Seria entediante quando não pretensioso trazer para aqui rosários de citações de autores como Renan, Hobsbawm, Greenfeld, Featherstone ou Smith. Além do mais, creio que ficaria a impressão de que estaria a procurar evidenciar erudição sobre uma matéria cujo domínio, do ponto de vista académico, não reivindico.

Pátria e Nação

Os Gregos clássicos confundiam amiúde as designações dos deuses com os próprios domínios destes. De forma análoga, também para nós a Pátria surge muitas vezes confundida com a sua encarnação, a Nação. A Pátria é o altar memorial da nossa alma colectiva. Encontramos nela a crepitante e perene lareira do arquétipo Lar que nos aconchega e revigora. Grande Solar mítico, construído por gerações sucessivas de antepassados, a Pátria, de natureza politicamente primordial, é a nossa referência axial no plano do colectivo. A sua evocação, enche-nos de ânimo, marca-nos o rumo e robustece-nos o coração. A sua conceptualização aplicou-se, no passado, às Cidades-Estado da Grécia ou da China como hoje abarca as referências fundamentais das modernas comunidades nacionais.

Por seu lado, a Nação tornou-se a sua carne, o seu corpo e moldura. É a Nação que, consciente de si própria, permite manter a salvaguarda do Fogo sagrado da Pátria, garantindo a sobrevivência do ideal colectivo. Renovada sob os auspícios da verdadeira liberdade, da igualdade de deveres e da fraternidade mais pura, a ideia nacional foi sempre cultivada como um ideal que podia exigir, em caso de extrema necessidade, o sacrifício da própria vida. Embora o conceito lato de Nação se perca nas brumas da memória histórica, é, sobretudo, na Idade Moderna do Mundo eurocêntrico que ele ganha forma e estrutura quase universal, no corolário da agitação socio-política que levou à queda do Ancien Régime e à *nacionalização* das monarquias. Construída e sedimentada como um organismo imutável, idealmente idêntico a si mesmo através das vicissitudes do Tempo, a Nação é globalmente definida, para cada comunidade nacional, como uma unidade de destino colectivo projectada na História universal.

Desaparecida, por invenção e postulado, a divisão social em classes com direitos desiguais, ao Homem eurocêntrico é-lhe então dito que já não é apenas igual perante Deus mas também perante os outros homens. Tentam convencê-lo de que de sujeito passaria a actor e de que, provavelmente, até já poderia dispensar Deus. Os mais radicais, substituíram-No pelo Homem abstracto e no seu lugar quiseram pôr a Razão. Em nome de uma Liberdade abstrata, tentaram por todas as formas



substituir-se à Igreja na condução moral dos Povos mas, apesar de mais de dois séculos de investida, não parece terem vindo a consegui-lo cabalmente. Ao promoverem políticas com uma matriz assente, fundamentalmente, no individualismo *liberal*², considerando o Homem fora das suas complexas relações de grupo, como ser abstracto e isolado, acabaram por condicionar a disseminação da Fraternidade, conceito só possível através do reforço dos laços sociais mais altruístas. Como dizia Fernando Pessoa, *o anarquismo e o socialismo,..., todo esse lixo de teorias simpáticas que se esquecem que teorizam para a humanidade de carne-e-osso, foram divinizações da mentira. E foram essa coisa a que Carlyle chama a pior espécie da mentira — a mentira que se julga verdade.*

Desaparecida a Figura Real como elemento de aglutinação identitária procurou-se preencher o vazio com um conjunto de ideias chave das quais sobressaía a substituição de *súbditos* por *cidadãos*, em nome da Igualdade. Se bem que saibamos hoje pela etologia, pela sociobiologia ou pela simples observação empírica da realidade que, de facto, haverá sempre uns mais iguais que outros, a adesão colectiva àquela ficção não deixou de empolgar as massas populares, projectando assim uma argamassa nova no edifício nacional. A fim de lhe dar consistência, muitos intelectuais resolveram assumir o que chamaram o exigente dever patriótico de fornecer à Nação todos os elementos que lhe permitissem reconhecer-se como tal. Os sucessos marcantes do seu historial passaram a ser fruto de um proselitismo tenaz, ensinando aos indivíduos o que são, enquadrando-os e incitando-os a difundir, por sua vez, esse valor colectivo como coisa própria sua. O sentimento nacional, nascido da diferenciação cultural ou política, sedimenta-se e consolida-se com a permanente invocação e difusão da herança colectiva, permitindo ganhar consciência da individualidade e singularidade da Nação. No nosso caso, o sentimento diferenciador começara a surgir aqui por estas terras, na agitada Marca de Entre Douro e Minho, provocando o destaque da Galiza, e, como corolário, o fim do seu sonho de independência. Mas é na gesta e na glória dos Descobrimentos e da conquista dos Impérios que a Razão de ser da Nação se afirmou; 1640 deu-nos, finalmente, a prova suprema da Vontade

² A palavra *liberal* começou a empregar-se em Espanha, nas Cortes de Cadiz, em 1812. A maioria pró-constitucional, defensora entre outras coisas da liberdade de imprensa, foi designada por *liberal* enquanto que os seus opositores, que recusaram apoiar o que sentiam ser uma reforma profunda do Antigo Regime, inspirada pelos franceses contra quem então lutavam, foram tratados por *serviles*. Como sempre acontece, esta divisão reducionista, uma vez finda a guerra, foi-se radicalizando e esbatendo, num complexo processo de maturação política. Hoje em dia o termo liberal pode significar coisas tão díspares como *esquerdista*, nos E.U.A., até opositor radical ao Estado Providência, passando pelos alinhados com um centrismo laico de pendor esquerdista.



inquebrantável em ser Portugal que, desde então até aos conturbados dias de hoje, jamais perdeu consciência de si próprio.

A formação da Identidade Nacional

Muitas comunidades possuem uma referência identitária, de uma forma que poderíamos designar por Certificado de Origem ou de Fabrico, mas que, em muitos casos, não é suficiente para que se possam constituir em Nação. Como já é vulgar dizer-se, identidade também a têm os índios. Não basta falar de identidade; há que perceber que o qualificativo nacional lhe dá uma dimensão holística que arrasta, necessariamente um grau mínimo de soberania. O resultado da construção colectiva das identidades nacionais não apresenta um molde único na definição da alma nacional e no conjunto de procedimentos necessários à sua elaboração. Estes constroem-se na complexidade dos parâmetros culturais, políticos e históricos de que fazem parte o povo, o território, a língua, a religião, o património cultural e histórico comuns, etc., bem como as próprias interações entre todos estes factores. Muitas vezes, não basta um só destes parâmetros de referência identitária para definir a Nação. Países como a China, a Índia, a Suíça ou a Bélgica são multilingues. Outros povos, como por exemplo os Judeus, não necessitam de um território para se assumirem como uma comunidade de destino perante os outros. Os Ossetas, um ramo dos Alanos que, fugindo dos Hunos, se fixou no séc. V no Cáucaso, apesar de se encontrar dividido por duas religiões (os do Norte são na sua maioria muçulmanos e estão integrados na Rússia enquanto que os do Sul, cristãos ortodoxos, o estão na Geórgia) nem por isso se consideram menos solidários em termos nacionais; o mesmo se passa, de certa forma, com os Albaneses.

As formações políticas ou ideológicas estabelecem geralmente relações complexas entre a Identidade Nacional e as outras determinações identitárias. As perspectivas *liberais*, por exemplo, afirmam insistentemente a Nação como uma criação moderna, indissociável do triunfo da Democracia liberal. Contudo, a ideia intrínseca de Nação, parece ir, *a priori*, contra essa presunção visto que o seu princípio se baseia no primado de uma comunidade atemporal cuja legitimidade reside na preservação de uma herança colectiva. É, sem dúvida, por depender da tradição mais entranhada, e menos contingente, que a Nação se assume como uma categoria política eminentemente apta a suportar a evolução e os sobressaltos das relações económicas, sociais e políticas. Tudo pode mudar, excepto a Nação; ela é a referência tranquilizadora que permite a formação de uma continuidade, não obstante todas as mutações. O culto da tradição e a celebração do património ancestral, constituíram sempre um lastro eficaz que permitiu às sociedades efectuar mutações radicais sem cair na anarquia e na desagregação. A Nação, ao instalar uma fraternidade e, consequentemente, uma solidariedade de princípio entre herdeiros do mesmo legado indiviso,



afirma a existência de um interesse colectivo. Constitui um Ideal e uma instância protectora, considerada superior às solidariedades resultantes de outras identidades, sejam elas de geração, sexo, religião ou condição social. A existência de uma herança comum, mito necessário embora não suficiente, raramente é posta em causa; o que varia é a sua composição, consoante as opções políticas e a época. Os conflitos podem traduzir-se em controvérsias sobre a composição do património ou sobre os acrescentos ou cortes nesse conjunto eminentemente plástico. A exegese sobre este ou aquele elemento da lista identitária, sobre a sua autenticidade, sobre as suas conotações expressas em termos contemporâneos é mesmo, muitas vezes, uma das causas mais comuns da luta política e ideológica.

O Estado-Nação

Mas a gestão concreta das actividades da comunidade organizada é conseguida através do recurso a uma estrutura dinâmica, o Estado, cuja concepção, âmbito e estrutura de poder são motivo de divisão ideológica e doutrinária. Idealmente, como forma de justiça, equilíbrio e estabilidade nas relações internacionais, a cada Nação deve corresponder um Estado. Inversamente, pela mesma razão, uma Associação de Estados deve ser, antes de mais, uma Comunidade de Nações. Os Estados multi-nacionais, chamemos-lhes impérios, uniões ou comunidades, sem uma referência identitária que vá para além da figura do *Imperatore*, real ou virtual, são estruturas frágeis que rapidamente podem entrar em colapso.

A passagem da Nação, real ou embrionária, como princípio intemporal *sui generis*, a Estado-Nação, organização que não pode perdurar senão adaptando-se, faz emergir a adormecida contradição entre fixidez e evolução. E, no paradoxo, o Estado, instrumento que, em muitos casos serviu a construção da Nação, acaba por engendrar, na sua complexidade ontológica, uma angústia latente — o potencial desaparecimento da Nação. A Nação eterna, ao ajustar-se à estrutura conjuntural do Estado, fica exposta à morbilidade e à mortalidade.

A criação de um Estado-Nação foi, na generalidade dos casos, formalmente homologada pelo estabelecimento de uma Constituição submetida ao sufrágio universal, pelo menos masculino³, podendo a sua aplicação variar consoante a evolução dos vectores internos de tensão e de poder. A fundamentação moderna e a concomitante formalização das estruturas institucionais e jurídicas, reguladoras organizacionais do Estado, foram ganhando coerência no meio de um processo de

³ Em Portugal, o direito de voto às mulheres apenas foi concedido, pela primeira vez, pelo Estado Novo, no âmbito da Constituição de 1933, tendo o Dec-lei nº 23 406, de 27 de Dezembro desse ano e, posteriormente, a Lei nº 2 015 regulamentado essa prerrogativa cívica e política.



agitação turbulenta de reajustamento social. As Nações estrebuchavam, em pleno séc. XIX, numa atmosfera enevoadada em nostalgia de glórias passadas, por um lado, e ânsia de afirmação no presente, por outro. No seu seio, a urgente necessidade de reformas sociais surgia descompassada da pusilânime atitude das elites *snobs*⁴ instaladas, não havendo condições adequadamente asseguradas para a sua necessária renovação. À pobreza e à fome, aos anseios e à violência, às promessas e à demagogia de um lado opunham-se, do outro, a surdez, a sobranceira, a inoperância e o temor. O aparecimento do capitalismo industrial veio impor um novo modo de produção e a expansão de um grupo social, o proletariado operário, que fez surgir uma linha de fractura social e uma nova referência identitária. Concorrente da Nação, o Internacionalismo de *Proletários de todo o Mundo, uni-vos!* surge e difunde-se, tendo por base a pertença de classe contra a união interclassista em que assentava a pertença nacional. Deste confronto, que constituiu o eixo principal da história europeia do séc. XX, saiu, no entanto, a Nação aparentemente vitoriosa. Se o resultado histórico tem demonstrado uma supremacia incontestável dos modelos de *mercado livre* nas relações económicas intra e inter-Estados e o fracasso das tentativas para os substituir por outras formas de produção, não é menos verdade que trouxe também a afirmação persistente da ideia nacional como comunidade fraterna, solidária e protectora. Não foi pois surpresa que quando, no fim do séc. XX, a mundialização do capitalismo começou a ameaçar a soberania dos Estados-Nação, a Nação tenha aparecido como um refúgio e o seu eventual desaparecimento seja percebido como uma terrível e desestabilizante ameaça para a coesão social e para as condições de existência dos mais fracos. É a pertença à Nação que dá ao indivíduo um outro estatuto que não o de simples produtor/consumidor ou utente de serviços.

E é nesse mesmo fim do séc. XX, no momento em que o Estado-Nação triunfa como forma de organização política por excelência, que os discursos sobre a decadência ou obsolescência das nações começa também a adquirir toda a sua força. Uns, pregoeiros do pessimismo, procuram denunciar o desmoronamento interno, atribuindo o facto a uma patologia que afecta o corpo da Nação. E sugerem os correspondentes diagnósticos: — invasão do organismo por agentes externos, estranhos e/ou agressivos ou então simples consumpção, cansaço ou desgaste pelo tempo. E, concomitantemente, procedem ou à denúncia dos germes deletérios ou dos parasitas que convém expulsar, ou atribuem o enfraquecimento ao facto de os nacionais se terem gradualmente esquecido das suas origens, da sua tradição, da sua alma, nas quais se deveriam permanentemente retemperar. Outros, dos púlpitos dos areópagos dominantes, anunciam o fim das Nações, não como uma

⁴ Não deixa de ser interessante notar que o termo de origem inglesa, *snoob*, é um acrónimo que resulta da contracção da designação neo-latina *de sine nobilitas*. S. nob. era a marca que a secretaria das universidades inglesas apunham nos processos de candidatura dos estudantes que não pertenciam a famílias nobres.



constatação da degradação mas como uma necessidade promissora de remover pretensos obstáculos ao desenvolvimento *normal* dos Povos. É esse, por exemplo, o caso das correntes federalistas europeias, em que a exacerbação das interrogações sobre as identidades nacionais e a sua preservação no contexto actual, está, sem dúvida, menos relacionada com questões de segurança ou com a presença significativa de mão de obra de origem estrangeira do que com a falaciosa sugestão de que as novas formas de vida económica exigem a constituição de conjuntos soberanos, mais vastos que os Estados-Nação. O escondido mas real complexo de inferioridade de algumas elites europeias face aos E.U.A., bem como a generalizada crença materialista no progresso ilimitado favorecem a convicção de que não só é desejável como inevitável a criação de espaços políticos meta-nacionais. O ideário da União proclama insistentemente que o conceito de Nação é já obsoleto e limitativo da tão desejada afirmação colectiva europeia. Mas a realidade é que a entidade supranacional União Europeia se pode ter transformado num espaço jurídico, económico, financeiro, policial, monetário mas nunca num bloco identitário. Falta-lhe todo o património simbólico através do qual as nações põem à disposição dos indivíduos uma memória e um interesse colectivos, uma fraternidade e uma protecção com provas dadas. O voluntarismo, consciente e militante, que tem sido praticado nas elaborações identitárias da União acaba, implicitamente, por denunciar que elas não decorrem espontaneamente de simples reorganizações do espaço político, cultural ou económico. Não engendram, *ipso facto*, um sentimento de identidade comum entre os indivíduos que nelas participam ou que a elas estão sujeitas. Criações como o Euro, por exemplo, não constituem, em si mesmo, um Ideal. No presente estado de coisas, os Europeus parecem estar tão desprovidos de identidade europeia quanto estão providos de identidades nacionais. As ilustrações de obras fictícias gravadas em algumas variantes da nova moeda acabam por demonstrar isso mesmo, sendo um reconhecimento da inexistência de um património que possa ser percebido por todos como colectivo. Tentativas artificiais de criação de um Exército, de uma estrutura judicial única ou de uma Constituição comum apenas trarão mais clivagens e frustrações.

A reacção centrífuga

As tendências atrás caracterizadas são sugeridas pela *opinião que se publica* (tantas vezes apresentada como a Opinião Pública) como quase hegemónicas. Contudo a reacção natural das populações mais avisadas e mais livres tem demonstrado não só a inverdade do facto como a insensatez da pretensão. Perante a mundialização uniformizante, aniquiladora das nações e das comunidades, despertam forças centrífugas de oposição. O refúgio crescente nas identidades nacionais é, pois, inevitável e amplamente compreensível, como garante da estabilidade política internacional. A singularidade dessa reacção deriva do facto de ela localizar a fonte da identidade



individual no seio da Nação que é vista como portadora de soberania, objecto central da lealdade e base da solidariedade colectiva. Na sua essência conceptual, obriga a ter em conta a Nação, enquanto resultante das singularidades concretas dos Povos soberanos, como categoria política fundamental na dialéctica do relacionamento internacional. Face às correntes materialistas dominantes, esse vector aparece como um princípio criador de modernidade e de diferenciação qualitativa, reafirmando o valor moral e social das Nações.

Como muitos autores têm provado, e contrariamente à incutida convicção generalizada, não há oposição entre esse pulsar e o cosmopolitismo intelectual. Quanto mais aberta for uma Nação às brisas temperadas que soprem do exterior, maior será a sua capacidade de se auto-regenerar, absorvendo o que no mundo se tiver construído de mais vital, elevado e são, e eliminando o que, no seu seio, for defeituoso ou caduco⁵. Essa saudável virtude não deve contudo ser confundida com o deplorável cenário com que frequentemente nos confrontamos em que se desvaloriza tudo o que é nacional e se advoga a sua substituição pelo que é estrangeiro. Esta atitude, infelizmente tão vulgar, tem geralmente origem em elites que procuram ou afirmar *snobmente* o seu novo-riquismo cultural ou concretizar as suas convicções ideológicas anti-nacionais. Pelo contrário, em vez dessas forças desagregadoras, a pedagogia de massas dos defensores da Nação teve sempre como suporte privilegiado o património identitário que a marca.

Em todas as épocas, a pesquisa das fontes nacionais foi sempre uma obra de vanguardas culturais. Nos períodos românticos e neo-românticos chegou mesmo a ser uma compulsiva demanda do Graal nacional; não só se buscavam âncoras míticas no passado remoto como se apresentavam parábolas que dessem, eufemisticamente, suporte à afirmação nacional contra um hipotético opressor ou uma cultura hegemónica. Quando necessário, uma perseverante demanda das fontes ancestrais, mesmo que apenas parcial ou degeneradamente vivas na tradição popular, era fomentada para suporte consistente de um passado que pudesse fundamentar a legitimidade da Nação. Já então se intuía que o que dá valor a uma cultura não é a sua maior ou menor proximidade

⁵ Esta atitude foi sempre dominante nos primeiros decénios do séc.XX. Figuras do primeiro plano da intelectualidade defenderam-na e promoveram-na. Fernando Pessoa, Almada Negreiros, António Ferro, Álvaro Pinto, Diogo Macedo, a Revista *A Águia*, a *Contemporânea*, etc. tiveram subjacentes fortes laivos de nacionalismo cosmopolita e modernista. Até no mundo da imprensa desportiva se podia ler, no editorial do nº de 7 de Janeiro de 1935 de *Os Sports*:

Um nacionalismo que enfeudasse os portugueses na torre de marfim da sua ignorância, que os conservasse blindados contra as influências externas das outras nações, nas mil e uma manifestações de inteligência e de actividade que florescem quotidianamente por esse Mundo fora – seria um nacionalismo contra a nação, contra a vida da nação.



a um modelo dominante mas, pelo contrário, a sua originalidade, a sua autenticidade⁶. Conhecermo-nos a nós próprios, enquanto colectividade nacional, antes de nos preocuparmos em exaltar os outros era o lema. Em Portugal, no séc. XIX, a geração de 70 acabou por ser uma geração de transição, de charneira entre a anterior, ainda muito marcada e empolgada pelos tições ardentes da republicana Revolução Francesa e seus corolários, e a geração de 90 que arrancou com a reacção que poderemos chamar de *aportuguesamento* ou *re-aportuguesamento*. Às preocupações hegemónicas de afirmação do *civismo e da liberdade* suceder-se-ia o exaltamento do *modernismo* e do *nacional*. Para os do segundo quartel do séc. XIX, à laia do entendimento que alguns ainda hoje têm do conceito, a Pátria era a própria República; se para a conseguir fosse necessária a união com Espanha isso seria perfeitamente aceitável⁷. A geração de 90, formada por intelectuais que na sua maioria haviam estudado ou trabalhado no estrangeiro, mantendo o seu republicanismo tendencial, soube, no entanto, sobrepor à comunidade de cidadãos, livres mas *anacionais*, governados pelo materialismo económico, verdadeiro ênfase das que a haviam precedido, a sentimental adesão a uma herança patrimonial nascida da Tradição primordial e o reconhecimento de uma idiossincrática forma de estar no Mundo. A Nação cultural constituiu uma subversiva reacção e um dos movimentos intelectuais mais radicalmente modernos e cosmopolitas; de certa forma, foi também um processo de democratização cultural ao procurar substituir as vagas e elitistas referências greco-latinas anteriores por novos modelos de arte e conhecimento. Contudo, apesar de muitos desses intelectuais terem estado nos primórdios do Poder, depois da implantação da República, não conseguiram manter a sua influência por muito tempo. Os radicalismos, nomeadamente o anti-religioso e a contínua agitação política, levaram ao regresso das correntes culturais jacobinas que, de novo, vieram procurar *submeter a "Pátria eterna" à consciência internacional*, como foi o propósito declarado do movimento dos *Seareiros*. E, salvo raros apontamentos e honrosas excepções, nem mesmo o Estado Novo, com os seus complexos culturais e com a sua estreita e insuficiente política educativa, conseguiu inverter tal influência.

Com efeito, em nenhum âmbito da vida social essa realidade tem tido tão funestas implicações como na Educação e na Cultura. A pedagogia do sentimento de pertença tem de passar pelo emprego repetitivo dos possessivos na primeira pessoa do plural: o nosso país, a nossa Pátria, são expressões que fazem recordar constantemente que a identidade é colectiva. Os manuais escolares

⁶ No caso do nosso País, parafraseando Leibniz *mais vale ser um Português original que a pretensa cópia de um europeu. Note-se a acção desses senhores que, tentando agarrar a sombra europeia, deixam escapar a consistência da realidade portuguesa, incapazes de perceber como é insípido e artificial, seja onde for, tudo o que é condicionado e copiado...*

⁷ Antero chegou a declarar que *nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade*.



constituem um poderoso factor de integração não só porque são difundidos em grandes quantidades mas também por se dirigirem a seres humanos em estado de formação, com capacidade para apreenderem os conhecimentos morais e cívicos e os exemplos dos grandes antepassados. Inculcar as manifestações da Pátria nos seus traços mais nobres e mostrá-la grande pela honra, pelo trabalho e pelo respeito profundo do dever e da justiça é tarefa de todas as instituições que concorrem na Nação, nomeadamente do Estado e da Família. Mas a matriz de referência para essa acção prosélita está cada vez mais condicionada pelos clubismos ideológicos e pela forma como a evolução do Homem e das sociedades é, por eles, considerada. Apesar disso, não deixa de ter algum fundo de verdade afirmar-se que a construção identitária nacional nunca esteve associada a um determinado tipo de regime ou sistema de governação específico.

Mas, perante a inegável pressão dos instrumentos de domínio mundial, não estarão as identidades nacionais ameaçadas pela globalização económica e pelo mundialismo, sua consequência política?

Se a pergunta persiste em ser válida, embora fragilizando o nosso *wishful thinking*, a verdade, porém é que a capacidade de adaptação das forças que reagem contra essa tendência evolutiva encontrou até uma nova vitalidade graças, por exemplo, ao próprio símbolo da mudança em curso — a Internet. A utilização desta rede de comunicação cibernética tem permitido difundir, sobretudo junto dos mais jovens, os principais vectores da natureza identitária das Nações, suprimindo afinal parte do papel educativo e divulgador do Estado. Mas todos os dias continuamos a ser expostos à questão de saber se a função social e política que elas têm desempenhado durante séculos irá perdurar. Há quem diga que a ultrapassagem histórica da Nação talvez não signifique a sua morte, pois a sua construção também não destruiu outras formações colectivas, que simplesmente se ajustaram e reconverteram, embora tenham sido quase sempre relegadas para um papel secundário⁸.

A soberania identitária

⁸ Há quem entenda, como Jaime Magalhães Lima o fazia na viragem para o séc. XX, que *Quando a Nação acabar, ficam ainda cinco milhões de portugueses, homens sadios e belos, trabalhadores, sóbrios, duma maravilhosa organização moral, amoráveis, resignados, almas de poetas com eternos amores, cantos de sublime saudade que em todo o mundo não têm iguais. E eu creio nesse povo, na sua resistência, na sua grandeza, nos seus destinos. Foi conduzido por maus pastores à escravidão; mas não se perverteu. Aspirações e energias conservam-se intactas, puras.*



Mas a realidade é que, apesar de tudo, nos tempos actuais, quando a pressão do mundialismo aumenta, a soberania política das Nações é inelutavelmente ameaçada. Cada vez mais limitada e condicionada, apenas a indelével soberania que podemos designar por *identitária* permite resistir e manter acesa a candeia da independência nacional. Durante séculos países como a Irlanda, a Noruega, a Polónia e povos como o Israelita ou o Checo viveram sob o jugo de outros Estados, guardando, no entanto, bem viva a sua consciência identitária. Estimulados por esses exemplos, importa pois salvaguardar aquilo que nos define enquanto Nação. Essa tomada de consciência e a consequente capacidade para a afirmar são hoje peças fundamentais de qualquer estratégia de *marketing* de uma Nação. A apresentação e divulgação internacional de um País, muitas vezes descuradas ou ignoradas por sistema, são condições sempre subjacentes a qualquer política de projecção de força, de conquista de mercados ou tão simplesmente de afirmação de prestígio e credibilidade. Num mundo cada vez mais concorrencial, o estabelecimento de *imagens de marca* nacionais é um *must* de qualquer estratégia de desenvolvimento e afirmação. Ignorar esse facto, confiar na sorte ou na boa vontade dos *parceiros* é ser arrastado para uma desastrada e ingénua política de funestas consequências. No nosso caso, se postos perante a alternativa de comprar um produto técnico Grego ou Alemão, já nos interrogámos sobre qual não seria o peso do preconceito nacional no processo de tomada de decisão? Estando tão seguros da qualidade de alguns dos nossos produtos, já nos questionámos sobre o que decidirá um vulgar Checo se tiver de escolher entre um vinho produzido em Portugal e outro oriundo de Espanha? E porquê? Efectivamente, como todos reconhecemos, a *imagem* de um País reflecte-se sempre de forma inequívoca na dura realidade do panorama internacional. Saber *vendê-la* é, pois, uma tarefa da máxima prioridade, sobretudo quando se perspectiva um afunilamento na hierarquização nos processos de reconhecimento e decisão.

Desde as Grandes Guerras que se tem vindo a perfilar a tendência para a constituição de um Governo Mundial. Mas é sobretudo nos anos cinquenta que se começa a sentir uma intolerável propensão para o controlo centralizado da vida política mundial. Alimentada por dois vectores aparentemente contraditórios, o internacionalismo capitalista multinacional e o internacionalismo socialista, essa corrente apresenta como argumentos fundamentais a necessidade da Paz e Progresso mundiais. Em nome desses ideais, sociedades mais ou menos secretas que já antes haviam representado um papel fundamental na desagregação e independência dos *offsprings* coloniais ibéricos das Américas, surgem, de novo, como forças de clivagem e poder. Vestindo sedutoras filantrópicas roupagens, são, no entanto, objectivamente, *compagnons de route* dos grandes interesses internacionais quer políticos quer financeiros com que amiúde se confundem.



F U N D A Ç Ã O S P E S

O sistema político e a identidade nacional
Conferência proferida em Penafiel 19|Março |2010

Ameaças e vulnerabilidades

A Nova Ordem Internacional

Como condição prévia para esculpir uma Nova Ordem Mundial sem fronteiras, os Senhores do Mundo procuraram, a todo o transe, desagregar e pulverizar os poderes multinacionais, nomeadamente coloniais, paradoxalmente em nome do direito dos povos à Nacionalidade. Essa contradição, bem escamoteada pelos interesses dos contendores da Guerra Fria, resultou numa irreflectida onda de descolonizações que está na origem, seguramente, da profunda desestabilização que, de maneira trágica, tanto afecta os chamados países do terceiro mundo. Impuseram-se artificialmente Nações em espaços e a povos sem qualquer património identitário comum. Nem a melhor das boas vontades permite esconder o facto de que a genuína revolta individual contra um poder colonial arbitrário e paternalista nada tem que ver com os levantamentos nacionalistas que na Europa haviam ocorrido no século anterior. Com uma arrogância irresponsável, fruto da mais profunda ignorância e do mais intolerante preconceito ideológico, inventaram-se caricaturas de Estado, desprezando a verdadeira natureza da Nação como comunidade de destino colectivo, sedimentada e coesa. Um *neo-monroenismo*, agora ditado pela confrontação entre os Poderes Mundiais, votou à miséria, ao extermínio e à servidão um número incalculável de povos a quem, em nome dos mais elevados interesses da Humanidade, havia sido outorgada a *Liberdade*. Mas cedo essa Liberdade abstracta se viu substituída pela falta de liberdades concretas e, de uma forma geral, o caos se instalou de forma inequívoca. Dessa conflitualidade permanente e da *débacle* do Bloco Soviético respingam continuamente fluxos de populações em busca de uma vida melhor ou pelo menos da esperança de sobreviver. A sua entrada incontrolada nos espaços tradicionalmente mais abertos e deficitários de mão-de-obra, como é o caso dos países da dita União Europeia, arrasta todo um conjunto de novos problemas que, directa ou indirectamente, afectam a segurança global das populações. Quase sempre o insucesso na inserção no tecido social dessas sociedades leva à marginalidade e, por vezes, quando as comunidades expatriadas são significativas, à auto-exclusão. Esta evolui, com facilidade, para a *ghettização*, com toda a conhecida panóplia de comportamentos e atitudes reactivas que fazem gala em buscar noutras sub-culturas marginais inspiração e energia.

Embora na acção e participação político-partidárias as questões de natureza ideológica se tenham esbatido, perdendo terreno para a acéfala agregação clubista ou para a oportunística gestão dos interesses particulares, na esfera cultural que condiciona as matrizes do pensamento político, o seu lugar é cada vez mais importante, mesmo que seja percebido como menos aparente. É óbvio que a tradicional e linear dicotomia *esquerda* - *direita* começa a dar lugar a um referencial menos reducionista, em que os eixos permitem definir melhor os posicionamentos políticos e filosóficos



face a critérios como individualismo-colectivismo, internacionalismo-nacionalismo ou materialismo-transcendentismo.

Apesar destas complexas dimensões, há, na realidade, duas *weltanschauung*⁹ ou mundovisões base que há muito se digladiam. Entendem uns que o papel do Homem é ser senhor do seu próprio destino, de modo a contribuir para oferecer à humanidade o bem estar físico através da conquista do mundo material, sem necessidade de qualquer força, anseio ou poder espiritual, no que reputam de obscurantismo. Recusam aceitar a interferência da fé e do sobrenatural pretendendo demonstrar tudo através da razão. Outros concebem os humanos como filhos de Deus, abandonados à gestão do mundo material, em que se devem guiar pelo amor ao próximo e a si mesmo, praticando as virtudes espirituais da fé, da esperança e da caridade. Acreditam numa dimensão sagrada da vida pelo que, para eles, os outros fundam a sua lógica numa admiração egoísta pelo Eu pessoal; mesmo que entre eles existam almas generosas, a maioria apenas espera obter benefícios pessoais, trabalhando por apetite à recompensa terrena.

No desenrolar desse conflito permanente, a Igreja Católica foi especialmente fustigada e causticada, mormente nos últimos séculos. A semente dessa perseguição pode encontrar-se já nos próprios movimentos da Reforma pós-humanista, no século XVI. Por permanente radicalização e refinamento, as ideias por eles engendradas vieram a incubar no século XVII, germinaram no século XVIII, desenvolveram-se no XIX, atingindo, finalmente, a maturação no século XX. Hoje, é notório que alguns sectores da Igreja, no remanso aparentemente protegido das sociedades do pós-guerra, rapidamente perdoaram e esqueceram as depredações, as humilhações e os seus mártires. Prenhes de benevolência e de misericórdia, de convencimento de conversão e de tolerância, trataram mesmo de proteger e acoitar os seus perseguidores de outrora. Talvez tenha também contribuído para isso a eterna tentação de abraçar o Filho Pródigo que leva a que, por vezes, se honre e acarinhe mais o inimigo de Deus que o próprio crente. No entanto, superando essas parciais inclinações, a portentosa figura de João Paulo II procurou sobrepor-se às tentações positivistas e de pretensão *aggiornamento* de alguma hierarquia eclesiástica demonstrando, pelo exemplo, pela abnegação e pela humildade, o caminho para a Concórdia, a Justiça e a Paz no Mundo.

No meio dessa agitada dinâmica de afirmação espiritual, importa contudo não perder de vista, como ameaça à Identidade Nacional, a acção pró-internacionalista de grupos religiosos, católicos, islâmicos, etc., que, demasiado embrenhados na sua militância, esquecem facilmente as referências

⁹ O Papa Leão XIII na sua Encíclica *Quod graviora* cita Santo Agostinho quanto a essa questão que aparece sintetizada nas *duas cidades*, opostas uma à outra. A cidade terrestre procede do amor de si até ao desprezo por Deus enquanto que a cidade celeste procede do amor de Deus até ao desprezo por si mesma.



axiais pátrias. Com a obediência interna a sobrepor-se à humildade, a auto-estima à caridade e a sobrançeria à piedade transformam-se rapidamente em grupos virados para si próprios, de confrangedora atracção centrípeta, uniformizadora e tendencialmente auto-sustentada. Manifestam preocupação pelo Outro, em abstracto, mas quanto ao amor ao Próximo, concreto e imediato, ignoram ou passam ao lado. Com um tipo de caracterização que faz lembrar as seitas, e onde não falta por regra um *guru*, confundem abstrusamente os planos do religioso e do político, manifestando tendência para um comportamento que poderíamos designar por autismo social. E, como sempre acontece nestas organizações, os neófitos são os mais atentos zelotas quais cães de guarda que auxiliam o pastor na condução do rebanho. O seu caminho é, geralmente, considerado o mais válido quando não o único para atingir a pertença ao *Povo universal*. Para eles, toda a realidade e construção colectiva da Nação está abaixo do internacionalismo religioso a que importa obedecer em nome de Deus. Afirmam que a Nação é História enquanto que Deus é Eterno e, como tal, a escolha e hierarquização das relações de pertença são fáceis de definir. São versões modernas das muitas falácias teocráticas que ao longo dos tempos foram surgindo e que se esquecem amiúde do significado da expressão *a César o que é de César...*

O Crime Organizado

O confuso panorama político que despontou na sequência do fim da Guerra-fria trouxe uma difusão sem precedentes da criminalidade organizada internacional. Este cenário, catalizado pelos avanços tecnológicos, veio colocar um desafio marcante e difícil para a maioria das sociedades modernas, nomeadamente para aquelas que são geridas (pelo menos teoricamente), por governos democráticos e/ou enquadradas por economias de mercado livre. As redes criminosas internacionais têm demonstrado grande agilidade em tirar proveito das oportunidades que, à escala mundial, emergem das extraordinárias mudanças na política, nos negócios, nas tecnologias e nas comunicações.

A distensão que sobreveio com o fim da Guerra-fria potenciou a tendência para a diminuição das barreiras políticas e económicas, não só na Europa, mas praticamente em todo o mundo. Esta evolução abriu caminho para o substancial aumento do comércio, do movimento de pessoas e do fluxo de capitais entre os países de mercado livre e as sociedades que até então haviam sido controladas pelos Blocos Comunistas e que, por isso, se apresentavam como mercados fechados. Com o fim da rivalidade entre as super-potências, os esforços para a paz e a maior abertura de fronteiras têm permitido aos criminosos expandir as suas redes e aumentar a cooperação em actividades ilícitas, nomeadamente no que diz respeito ao branqueamento de capitais.



Os sucessivos acordos económicos multilaterais, reduzindo barreiras comerciais na Europa, na América do Norte, na Ásia e em outras regiões do Globo, têm aumentado significativamente o volume do comércio internacional legítimo. Grupos organizados de criminosos têm podido tirar partido desse facto para traficar drogas, armas, diamantes e outros produtos. Tornaram-se peritos em explorar a complexidade das redes internacionais de transportes para esconder qualquer tipo de comércio ilegal, chegando mesmo a conseguir ocultar ou camuflar a verdadeira origem e propriedade da carga. Ao mesmo tempo, nesse panorama de transição para economias mais abertas, vão estabelecendo companhias de fachada e negócios para-legais ou quase-legais, de forma a facilitar o contrabando, a lavagem de dinheiro, a fraude financeira, a pirataria dos direitos de propriedade intelectual e outras iniciativas criminosas que lhes possam proporcionar lucro.

Desde a última década, temos vindo a ser testemunhas de avanços revolucionários nas tecnologias de informação e das comunicações, o que tem contribuído, inevitavelmente, para aproximar mais o Mundo. Mas, como reverso da medalha, os criminosos têm hoje uma capacidade sem precedentes para, através do recurso às tecnologias da informação e do conhecimento, obter, processar e proteger informação, ultrapassando todos os esforços das forças policiais e de segurança. Podem mesmo utilizar as capacidades interactivas de computadores de grande porte e de sistemas de telecomunicações para desenvolver estratégias de comercialização para drogas e outros bens de consumo ilícito. Ou para encontrar as rotas e métodos mais eficientes para introduzir e movimentar dinheiro nos sistemas financeiros mundiais, sendo capazes de criar rastros falsos para evitar a eventual detecção pelas estruturas de segurança. Também podem tirar partido da velocidade e magnitude das transacções financeiras e do facto de que, na realidade, poucos obstáculos existem que, de forma eficaz, evitem processar grandes quantidades de dinheiro sem detecção. Efectivamente, uma das características mais marcantes do acelerado mercado global de hoje é a sua espinha dorsal de telecomunicações, fomentada por uma actividade empresarial cada vez mais exigente. Equipamentos avançados de telecomunicações, comercialmente disponíveis, fiáveis e flexíveis, facilitam grandemente as transacções criminosas internacionais, garantindo aos seus operadores considerável segurança e imunidade face às operações das forças anti-crime.

Por outro lado, a proliferação das ligações por transporte aéreo e o abrandamento das restrições de concessão de vistos de entrada para promover o comércio internacional, especialmente dentro de espaços económicos regionais, veio facilitar a actividade criminosa. No passado, opções de viagem mais limitadas e um controle de fronteiras mais apertado, tornavam-lhes a passagem mais difícil. Agora, têm escolhas múltiplas para as rotas de viagem o que lhes permite definir itinerários



otimizados tendo em vista a minimização do risco. Hoje, o controle de fronteiras dentro de espaços políticos e económicos unificados, como é o caso do nosso, de Schengen, é muitas vezes inexistente.

O fenómeno do crime organizado internacional não é, contudo, novo. Por exemplo, há muito que grupos criminosos italianos, chineses ou nigerianos têm tido membros ou células em países estrangeiros para obter, distribuir e comercializar produtos ilegais ou, em geral, desenvolver ou potenciar actividades criminosas. No passado, contudo, estas estavam limitadas no âmbito, com as células no estrangeiro a operar quase autonomamente ou a dedicarem-se apenas a algumas funções específicas. O controle fronteiriço, a menor velocidade nos transportes e nas telecomunicações, bem como a necessidade de movimentar dinheiro em espécie eram grandes impedimentos, parciais dissuasores das actividades criminosas internacionais. Na realidade, para muitos grupos do crime organizado as suas acções internacionais eram mais regionais que globais. Mesmo aqueles com uma presença mais marcante estavam essencialmente confinados a países com uma larga população expatriada da mesma origem étnica.

A dinâmica da globalização, no entanto, particularmente a redução dos entraves ao movimento de pessoas, bens e transacções financeiras transfronteiriças têm permitido aos grupos internacionais de crime organizado expandir quer a sua penetração quer a diversificação dos negócios. São agora capazes de operar fora dos parâmetros tradicionais, tirando partido de novas oportunidades e da capacidade de movimentação rápida para novas áreas geográficas. Os maiores grupos têm-se tornado mais globais nas suas operações enquanto que muitos dos mais pequenos se têm expandido para além das suas fronteiras nacionais, transformando-se em potências criminosas regionais. Desde o fim da guerra fria que grupos de crime organizado, oriundos da ex-U.R.S.S. e de repúblicas jugoslavas, da Albânia, da Roménia, da China, da Itália, da Nigéria e do Japão, têm vindo a aumentar a sua presença internacional através de redes transnacionais.

Tirando partido das mudanças excepcionais na tecnologia, na política mundial e na globalização da economia, as redes criminosas internacionais têm-se tornado mais sofisticadas e ágeis. Tendo acesso a enormes recursos financeiros são capazes de se adaptar rapidamente, face à concorrência de rivais ou à repressão das forças da ordem. Podem ter acesso a qualquer último grito tecnológico que necessitem ou desejem para expandir e melhorar a eficácia das suas operações. Para além disso, são completamente desprovidos de escrúpulos na protecção dos seus interesses; assassinios, raptos, chantagem e até, ocasionalmente, massacres em pequena escala têm vindo a aumentar com a crescente competição por mercados e recursos ilícitos. E, não raras vezes, essa violência, baseada em actividades criminosas, alastra para as sociedades que lhes servem de palco.



Para rapidamente identificar e responder a mudanças do mercado, muitos grupos criminosos empregam indivíduos com aptidões específicas para otimizar e proteger as suas actividades. A maior parte dos grupos produtores de droga, por exemplo, usam consultores transitórios e juristas especializados em pesquisar buracos legais nas leis tarifárias e nos procedimentos administrativos dos maiores portos de comércio mundiais. Com esse tipo de informação, os criminosos são capazes de explorar o transporte aéreo, marítimo e terrestre para movimentar drogas, armas, imigrantes ilegais e até dinheiro, sem passar pelas alfândegas e outras estruturas de fiscalização. Recorrem a peritos financeiros, muitas vezes formados nalgumas das melhores universidades mundiais, para identificar novos mecanismos de lavagem de dinheiro, para gerir investimentos e para estabelecer empresas que possam ser usadas como fachada para as suas operações. Conselheiros jurídicos são eficazmente utilizados pelos criminosos internacionais para se protegerem de investigações e perseguições. Advogados, geralmente de grandes firmas, encontram-se à sua disposição para através do conhecimento pormenorizado da lei, manipular o sistema judicial ou influenciar mesmo a legislação judiciária por forma a proteger os seus interesses criminosos.

Toda essa panóplia de protecção e gestão tem permitido aos grupos de crime organizado, diversificar as suas actividades ilegais. Por exemplo, traficantes de droga colombianos estão igualmente envolvidos na falsificação e na lavagem de dinheiro. Bandos nigerianos e asiáticos estão especializados na introdução ilegal de imigrantes e grupos russos e chineses, no tráfico de mulheres para o comércio do sexo em todo o mundo. Organizações russas, formadas muitas vezes por ex-operacionais do KGB e de serviços afins, bem como asiáticas, nigerianas e italianas estão habitualmente envolvidas em esquemas financeiros sofisticados, só possíveis com recurso às altas tecnologias. Grupos búlgaros, nigerianos, chineses e norte-coreanos especializaram-se no cybercrime, nomeadamente em *phishing* e em esquemas do *conto-do-vigário* pela Internet. *Mafias* israelitas, com acesso à altamente qualificada mão-de-obra imigrada dos países de leste, traficam drogas sintéticas, nomeadamente metanfetaminas, a par de diamantes *de sangue*. Criminosos árabes, indianos e chineses, especializaram-se na lavagem de capitais, no contrabando de metais preciosos e na contrafacção de produtos de luxo.

Como já foi dito, muitas das grandes organizações criminosas estabeleceram estruturas do tipo empresarial para facilitar e camuflar as suas operações, incluindo empresas de fachada, negócios quase-legítimos e investimentos em firmas totalmente legais. Para além dos *fronts* clássicos para a lavagem de dinheiro, como são alguns casinos, ou negócios imobiliários, ou comércio de arte e antiguidades, novas formas estão a surgir. Por exemplo, *igrejas* oriundas da América do Sul estão a crescer rapidamente, sobretudo na Europa, permitindo às organizações produtoras de droga injectar



dinheiro sujo no mercado, justificando-o como tendo sido oferecido pelos fiéis, cujo número e doações são impossíveis de controlar pelas autoridades; seguem-se, geralmente, investimentos legais no mercado imobiliário, nos *media*, nas Bolsas, etc. Alguns Estados mais frágeis, são mesmo tomados de assalto por grandes organizações criminosas internacionais como acontece no caso dos *narco-estados*, cada vez em maior número em África e em partes da América Latina.

A corrupção

Uma das ameaças que mais contribui actualmente para pôr em causa a coesão cívica das nossas sociedades é, certamente a corrupção, muitas vezes generalizada e engendrada pela actividade do crime organizado internacional. Sendo certo que as redes criminosas se têm tornado cada vez mais sofisticadas nas suas operações e capacidades, a verdade é que a corrupção continua, porém, uma ferramenta incontornável, inerente à própria actividade criminosa. Os grupos criminosos não poupam despesas para corromper e chantagear governos e autoridades policiais ou judiciais, sobretudo nos países que lhes servem de base de operações ou de via de comunicação para a circulação de drogas, armas, imigrantes ilegais ou para o tráfico de mulheres e crianças. Para além de corromperem elementos das forças anti-crime ou da administração pública de médio e baixo nível, os criminosos, tentam subornar políticos e altos funcionários, por razões óbvias. Procuram conseguir protecção de alto nível para si e para as suas actividades ou obter informação interna sobre as investigações judiciais a nível nacional. São igualmente motivações, a obtenção de informação, classificada como secreta ou confidencial, sobre as intenções e propensões dos governos a propósito de legislação e orientação económica, fiscal ou anti-crime que possa vir a afectar os seus interesses.

Países que pratiquem, por sistema, políticas de grande complexidade burocrática nos processos de decisão sobre a actividade empresarial e comercial ou em que o Estado controle, directa ou indirectamente, as companhias de produção e distribuição de energia ou os principais grupos financeiros, são particularmente vulneráveis à corrupção de alto nível. Altos funcionários que detenham autoridade para conceder licenças para investimento imobiliário urbanístico ou para decidir sobre a atribuição de subsídios ou que tenham capacidade para isentar, relevar ou perdoar coimas e taxas são igualmente alvos preferenciais do crime organizado. O mesmo acontece com quem influencia ou intervém nos processos de decisão sobre grandes contratos estatais ou processos de privatização.



Mas algumas vezes, esses políticos também têm os seus próprios interesses quando tomam a iniciativa de procurar uma aliança com os criminosos. As razões por que o fazem podem ir desde o tentar evitar as pressões ou as represálias quando aqueles pretendem favores até tirar proveito, para benefício próprio, da autoridade ou poder que detêm não hesitando em recorrer, para isso, a actividades ilegais ou ilícitas. A ambição desmedida pode levar alguns indivíduos, em posição para decidir ou influenciar as operações ou investigações judiciais, a pedir comissões ou subornos para bloquear ou aliviar a interferência estatal nos negócios dos grupos criminosos. Usando a sua posição pública ou a potencial capacidade de influência procuram tirar dividendos disso, promovendo decisões a favor do crime organizado com que se relacionam. Nalgumas sociedades e nalguns meios, o tráfico de influências tornou-se numa das actividades mais lucrativas permitindo o aparecimento surpreendente de fortunas que, noutras condições, demorariam gerações a ser criadas. Da mesma forma, políticos e empresários sem escrúpulos não se inibem de procurar as organizações criminosas a fim de conseguir informações, obtidas ilicitamente, que lhes permitam desacreditar rivais políticos ou económicos ou, tão-somente, garantir o financiamento secreto das suas campanhas políticas.

A corrupção funciona como um catalisador no aumento da actividade criminosa. Em acréscimo a minar a legitimidade e o desempenho de um governo ou das instituições públicas, a corrupção, muitas vezes associada ao nepotismo, altera significativamente a distribuição dos talentos e do trabalho no seio da sociedade. Provoca dificuldades na angariação da receita fiscal, uma vez que os contribuintes têm a percepção de que as decisões económicas e fiscais fundamentais são baseadas mais nos interesses dos grupos com capacidade para influenciar os sectores chaves da Administração do que nos reais interesses do País. Dissolve gradualmente as referências morais e cívicas retirando consistência à ética estruturante da sociedade a qual, sem reacção, tenderá irreversivelmente a colapsar.

Também entre nós se têm tornado cada vez mais evidentes, as abstrusas ligações entre altos responsáveis do Estado e alguns *lobbies* capazes de movimentar grandes quantidades de dinheiro como o são a construção civil, os fabricantes e distribuidores de medicamentos, o mundo do desporto profissional e algumas enigmáticas e pseudo-filantrópicas sociedades e Fundações. As relações entre estes grupos evoluem geralmente em espiral, aumentando o seu poder potencial através da simples regra do *coça as minhas costas que eu coçarei as tuas*. E, amiúde, quer o mundo do espectáculo quer o da comunicação social, muitas vezes propriedade sua, ou sob o seu controlo, são usados para denunciar ou para esconder, para desgastar ou promover, para condenar ou incensar os adversários ou os membros afectos ao círculo, respectivamente.



De uma forma geral, a corrupção enfraquece as instituições chegando mesmo, quando endémica, a afectar a auto-estima e o sentimento identitário de um país. Estabelece a dúvida, esbate e relativiza as referências morais, fomentando uma sociedade permissiva e laxista que, por apatia ou vergonha intrínseca, tende a esquecer a consistência dos seus valores colectivos.

O terrorismo

Ao mesmo tempo que as sociedades convergem cada vez mais para padrões comuns e quase uniformes, seja numa escala regional, nacional ou global, um velho fenómeno (ou instrumento) sócio-cultural está a tornar-se cada vez mais significativo no que diz respeito à Insegurança – o terrorismo. Pode ser o resultado de uma tática específica na luta para a conquista do Poder ou uma reacção desesperada ou niilística às mudanças que hoje se verificam. Pode ser um meio violento de provar ou enfatizar um determinado ponto de vista político ou simplesmente uma erupção reactiva de mega-vandalismo. Em qualquer caso, pressupõe premeditação, com o acto ou actos a serem preparados previamente com a intenção de causar dolo, físico ou psicológico. E, amiúde, as autoridades têm vindo a demonstrar uma incapacidade quase total para antecipar os actos terroristas a tempo.

Outra mudança trazida pelo fim da guerra-fria foi a perda do estatuto de *protegido* pelo poder soviético ou cubano, para muitos grupos insurrectos, praticantes do terrorismo. Como consequência, a maioria deles voltou-se para as actividades criminosas para obter os recursos necessários ao seu sustento. Já no passado, alguns desses grupos tinham participado em actividades criminosas tradicionais embora o seu envolvimento fosse mais do tipo subsidiário; geralmente, extorquiam dinheiro ou ofereciam protecção paga aos grupos criminosos que operavam nas áreas controladas por si. Na Colômbia e no Peru, grupos marxistas como a F.A.R.C., o E.L.N. ou o *Sendero Luminoso* lucraram com a protecção aos campos de coca locais, recebendo dinheiro dos traficantes que operam nessas regiões andinas. Para muitos, este tipo de actividades tornou-se mesmo a sua primeira motivação. Nos destroços do Império Soviético no Cáucaso, para além da conhecida actividade das *mafias* Azeris, próximas do governo de Baku, há relatórios credíveis que demonstram que o principal suporte financeiro da guerrilha que na Tchétchenia luta contra os Russos, é o tráfico de opiáceos oriundos do Afeganistão.

À semelhança do que acontece com o crime organizado, também o terrorismo internacional é susceptível de abalar a coesão social de uma nação quer directamente, pela insegurança e pela reactiva resposta securitária que induz, quer pela pressão dos argumentos que apontam para a necessidade de transferência de soberania para estruturas de segurança, meta-nacionais, internacionais ou mesmo mundiais.



Vários acontecimentos, mormente os incidentes do 11 de Setembro, nos E.U.A, vieram alterar a percepção que o cidadão comum ocidental tinha da sua segurança, ou melhor, do seu grau de insegurança. O Mundo aprendeu, dolorosamente, que até as grandes potências, como os E. U.A., são, afinal extremamente vulneráveis. Para levar a cabo aquela ignomínia, foi necessário, certamente, um exímio e bem controlado plano mas, se exceptuarmos o nível conceptual e organizacional, quer os recursos financeiros quer os técnicos envolvidos não foram de grande monta.

Sabemos que em qualquer actividade há sempre uma dose de risco envolvida. Este pode ser minimizado, transferido (é o negócio dos seguros) ou controlado, actuando-se, para isso, sobre os alvos a proteger ou sobre as ameaças potenciais. Esta última é, geralmente, uma competência de quem tem a prevenção, a monitorização e a contenção das actividades perigosas nas quais se incluem as práticas terroristas. Mas, em última análise, nenhuma estrutura será capaz de garantir a neutralização de todos os actos criminosos que venham a ser projectados, sobretudo nas actuais circunstâncias da tão publicitada globalização. Apertar ainda mais as regras e procedimentos da segurança interna e da de circulação, aumentar restrições e controlos apenas conduzirá, *in extremis*, a um dispêndio exagerado e acéfalo de recursos que tanta falta fazem noutras áreas. E isto sem considerar a complexidade de acções e reacções que uma sociedade excessivamente *securitária* iria provocar, com todo o cortejo de defensores radicais dos direitos e liberdades fundamentais, com o aumento da xenofobia, com a *bunkerização* dos ricos e poderosos, com a limitação do comércio e do acesso à informação, etc.

Mesmo correndo o risco de se ser politicamente incorrecto, não é possível deixar de trazer à colação a necessidade premente de reflectir sobre qual não terá sido o desespero profundo e o ódio que persistentemente continuam a levar seres humanos de todas as idades e géneros a oferecerem voluntariamente a sua vida, praticando os actos ignóbeis a que todos assistimos. Perceber as suas motivações e convicções é uma das chaves para a solução do problema, independentemente do castigo que deva ser exercido sobre os responsáveis dos países e organizações que promovam ou alberguem terroristas.

Parece que os alicerces do Mundo Ocidental moderno, fundados sobre os ensanguentados caboucos da Revolução Francesa, estão a ser abalados de forma extrema. Durante os dois últimos séculos, na maior parte das sociedades ditas avançadas, foi propagandeado como meta lançar sobre toda a humanidade os inefáveis mantos de Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Justiça, Direitos, Paz universal, etc. Os mais fracos e os mais oprimidos foram presa fácil do embuste e deixaram-se intoxicar pela miragem de um mundo ideal em que poderiam vir a ser servidos pelos antigos senhores ou, na pior das hipóteses, ser convidados para beber chá nos seus palácios, secretamente



idolatrados. Desfeita a ilusão, a esperança deu lugar à revolta e ao rancor. Estamos, provavelmente, a pagar pelas promessas incumpridas de Eldorados livres, democráticos, abastados que através da Europa e, principalmente, a partir do seu filho predilecto — os E.U.A., desde há muito temos vindo a inculcar por esse mundo fora. Postos perante a dura realidade de descobrirem que, na prática, apenas foram peões utilizados numa Guerra de Sombras que não lhes dizia respeito, essas sociedades, despeitadas, manifestam hoje a sua reacção, insurgindo-se perante os que consideram ser os responsáveis objectivos pelo seu frustrado futuro. Como é óbvio, esse estado de espírito é facilmente aproveitado pelos fundamentalismos religiosos e políticos que, apocalipticamente, apresentam o Ocidente, cristão ou materialista, e a suas imagens de marca culturais como a encarnação do Mal. Não é despiciendo notar que, nessas sociedades, mesmo os que lamentaram os actos terroristas cometidos nos E.U.A., não demonstraram qualquer simpatia ou solidariedade para com aquele país ou o Ocidente, em geral. Também não foi por acaso que o Ocidente foi atingido naquilo que era uma jóia da realização humana, as modernas torres de Babel, construídas pelos novos Prometeus, símbolos de um atraente, mas igualmente arrogante, modelo de progresso e desenvolvimento.

É importante compreender que é impossível garantir, sem demagogia, um nível de segurança total. Mas também é verdade que é legitimamente pedido às organizações responsáveis pela recolha de informação que consigam minimizar o risco de serem apanhados de surpresa. Uma boa *performance* nesse campo é geralmente atingida, contornando a hierárquica pirâmide burocrática, saltando por cima dos níveis de decisão intermédios, aproximando o topo da rede operacional. Muitas vezes, as lacunas na recolha e análise da informação são provocadas pela retenção irresponsável dos dados, com o intuito de marcar pontos junto da hierarquia, na altura julgada mais adequada; ou porque a informação, por ser considerada tão sensível ou irreal, não é entregue àqueles que a poderiam usar mais convenientemente, como se de uma jóia demasiado preciosa se tratasse e ficasse protegida no cofre.

Além disso, infelizmente, as ameaças terroristas estão a mudar de tal forma que cada vez é mais perigoso e difícil combatê-las. Hoje os ataques são mais letais. Até aos anos 90, a maioria das organizações terroristas tinham objectivos políticos mais ou menos definidos. Concomitantemente, tentavam geralmente afinar os seus golpes de forma a produzir apenas suficiente morticínio para chamar a atenção para as suas causas, evitando exagerar para não perder o apoio dos seus simpatizantes. A tendência para o aumento do número de vítimas reflecte a mudança nas motivações dos terroristas de hoje. Guiados por ódios culturais, religiosos ou étnicos ou por visões de



um futuro apocalíptico, não têm um objectivo político concreto que não seja castigar os seus inimigos, matando tantos quantos possível, sem qualquer preocupação com a perda de simpatia.

A viragem nos motivos tem contribuído para uma mudança na forma como certos grupos terroristas se têm vindo a organizar. Uma vez que a sua base de sustentação, de natureza religiosa-cultural, os liberta da necessidade de uma agenda política, carecem menos de uma estrutura hierárquica clássica. Em vez disso, podem estruturar-se com base em ligações soltas ou mesmo desconexas, tendo subjacentes grupos que se revêem nas mesmas causas, em díspares países. Este facto, pode permitir uma infiltração mais fácil de agentes de serviços de *intelligence* mas, ao mesmo tempo, torna a detecção precoce, a vigilância e a prevenção muito mais complicadas devido ao carácter errático e imprevisível das acções. De qualquer modo, as malhas terroristas podem estar hoje menos interligadas e ser transnacionais mas, mais cedo ou mais tarde, terão necessidade de recorrer a uma variedade de fontes para apoio logístico e financeiro, incluindo o auto financiamento por actividades criminosas. As suas redes podem incluir organizações de fachada ou mesmo negócios legítimos bem como organizações não governamentais. Mas a maioria dos que estão envolvidos nessas actividades criminosas de suporte, para conseguir fontes de financiamento alternativas, continuam, contudo, a manter os seus objectivos políticos e, para esse efeito, têm de se manter militarmente relevantes, necessitando, pois, de adquirir armas, munições, explosivos e outros meios logísticos. Não podem recorrer, obviamente, aos canais legais de venda mas, pelo facto de serem capazes de dispor de grandes quantidades de dinheiro, têm sempre, como recurso, as redes do crime para obter os produtos necessários. Efectivamente, os bandos do crime organizado, contrariamente aos grupos políticos extremistas, estão bem relacionados com os negociantes clandestinos de armas, com os promíscuos serviços de informação bem como com coordenadores das transportadoras internacionais, com os lavadores de dinheiro e outros especialistas capazes de providenciar todos os recursos logísticos que antes eram disponibilizados pelos Estados activamente envolvidos na guerra fria. Mais do que os movimentos armados, de natureza política ou religiosa, os grupos do crime organizado, têm mais probabilidade de terem acesso a contactos corruptos nas Alfândegas, nos Serviços de Imigração e noutras autoridades capazes de facilitar o contrabando de armas e de produtos afins, incluindo os de tecnologia mais avançada. Os movimentos terroristas de hoje estão cada vez mais a recorrer à Internet como um eficaz canal de comunicação entres os seus *cogumelos*. E ironicamente, todas essas dependências tornam-os mais vulneráveis...

Os mergings and acquisitions meta-nacionais

Neste âmbito e com consequências similares, funcionam os argumentos falaciosos da desnacionalização a favor da integração em espaços políticos de maior dimensão. Alimentados por uma ilusória conjuntura económica, esquecem-se de que a história é muito longa e de que o



princípio homogeneizador dos vasos comunicantes apenas funciona com fluidos, não com estruturas complexas com é o caso de um País. A sua raiz acaba por apresentar similitudes com as da corrupção, pois, também aqui, o argumento que quase sempre prevalece é o da eterna quimera do benefício individual sem escrúpulos em desfavor do colectivo. A omnipresente e avassaladora teia das interdependências económicas e políticas é apresentada como argumento de peso para o justificar. Por vezes, afirmam a necessidade do fim das soberanias nacionais e concomitantes jurisdições, com o facto de elas serem um empecilho ao combate ao crime internacional. Argumentam que as mudanças trazidas pela crescente globalização têm permitido ao crime organizado operar sem se preocupar, virtualmente, com as fronteiras enquanto que as polícias e a Justiça nacionais permanecem limitados por elas.

No caso português, por exemplo, não falta quem advogue a vantagem na integração num espaço político de maior dimensão como a Espanha. Não deixa de ser caricato e sintomático que, ao mesmo tempo que grande número de cidadãos espanhóis andam a lutar pelo reconhecimento das suas identidades nacionais, apesar de que partilham, desde há séculos, a mesma história colectiva dentro do Estado vizinho, outros, que sempre foram independentes, queiram prescindir dessa condição a troco de uma hipotética miragem. Há quem justifique a necessidade de convergência política para o espaço espanhol com base numa pretensa constatação da evidência geoestratégica. Bem, que saibamos essas condições não se alteraram assim tanto aos longo dos anos e a existência de Portugal enquanto Nação livre e soberana é a melhor evidência para demonstrar quão falaciosos são esses rançosos argumentos iberistas. Os portugueses têm interiorizada uma atávica aversão a Espanha, resultado provável de uma natural desconfiança geopolítica apenas contrabalançada por um orgulhoso historial de sobrevivência cujo elemento mais evidente é a própria existência de Portugal como Nação Livre e Autónoma. Por seu lado, os espanhóis olham para os portugueses com um sobranceiro desdém, quiçá como forma de contrabalançar o indelével complexo que demonstram face a França e a Inglaterra, aqui e ali mascarado de despropositada arrogância.

À desconfiança portuguesa os espanhóis têm sempre oposto a indiferença e a sobranceria. Confundidos em nostalgia de grandeza passada e em ânsia de futuro, os espanhóis ruminam um significativo complexo de inferioridade face à Europa central que os leva muitas vezes a intoleráveis atitudes de soberba e arrogância. Esse *handicap* é, aliás, bem evidenciado pela suspeita que internacionalmente existe da tentação dos espanhóis em manipularem grosseiramente em alta os seus indicadores sociais, como forma de melhorar as condições de afirmação nacional. Veja-se o que aconteceu, por exemplo, com o processo das *vacas loucas*; Espanha foi o país que, a par da Alemanha, mais sonegações de informação cometeu sobre os casos verificados. Em relação a Portugal, Espanha tem vindo a desenvolver, habilidosamente, uma política sub-reptícia de iberização



do nosso País pela invasão e subjugação económica. O país vizinho detém hoje o controlo dos principais sectores económicos estratégicos em Portugal. Quem se aperceba do contínuo fluxo de camiões que diariamente atravessam a fronteira vindos de Espanha fica com a suspeição de que Portugal se transformou num enorme vazadouro de sucedâneos e produtos de segunda, alguns impróprios para comercialização em mercados mais atentos e exigentes. Mas se a responsabilidade tem de ser atribuída a alguém ela deve ir direitinha para as autoridades do Estado português. Conseguiram, por um lado, tornar o País totalmente dependente da monocultura do subsídio, ao mesmo tempo que, por outro, compactuam e alimentam um tecido empresarial que, salvo raras excepções, é medíocre, especulativo, explorador, delapidador de recursos e pouco predisposto a concorrer de acordo com as regras dos mercados abertos. O cenário é ainda escurecido com a forma de acesso aos apoios financeiros; estes abrem-se reverencialmente aos estrangeiros, aos grandes grupos económicos e fecham-se sobranceiramente para a inovação e a criatividade, asfixiando qualquer iniciativa que não venha com o selo ou o conluio de alta protecção.

Para além dos que advogam a integração em Espanha, não falta quem, nostálgico não se sabe bem de quê, pretendendo que a nossa Saga Nacional foi apenas um colossal atoleiro, nos pretenda enfileirar numa Europa dita das Pátrias, com argumentos que recendem a grosseiro pan-germanismo ou a vertigem neo-napoleónica. Muitos deles, *left-overs* dos movimentos neo-paganistas e *nietzschianos* da última metade do séc. XIX, defendem uma Europa *ariana* depurada de todos os elementos contaminantes, em nome de uma mítica Civilização Ocidental que umas vezes pretendem de raiz cristã e, noutras ocasiões mais íntimas, fundada no paganismo pré-cristão. São, na generalidade, de uma ignorância confrangedora nomeadamente no que diz respeito às questões de natureza antropológica, histórica ou social. No caso português, renegam ou desconsideram a nossa História, acentuando e valorizando apenas as menções ao exercício do domínio imperial sobre *raças e civilizações* que pretendem *inferiores*. Embora se mascarem com a espiritualidade exaltante do Herói e do superior interesse do Colectivo, acabam por ser tão internacionalistas e anti-nacionais quanto o são os adversários que dizem pretender combater.

A desnacionalização da Educação e da Cultura

As ameaças que afligem a segurança da Identidade Nacional não são só motivadas maioritariamente por pressões exógenas mas também as há de natureza eminentemente endógena. Com efeito, há muito que sobre a maioria das sociedades ocidentais se vem exercendo uma manifesta opressão intelectual, dominada por uma abstrusa convergência de esquerdismo sem fronteiras e *liberalismo* niilista. Há décadas que os senhores da Cultura e da Educação têm vindo a desenvolver políticas e acções de desmontagem e desagregação dos valores tradicionais, considerados por eles inquinados pela Religião e entraves ao progresso. Prenhes de ignorante



arrogância, os presumidos netos de Rousseau, filhos de Marx e sobrinhos de Freud que influenciam grande parte das decisões que nos governam, implementaram a sua visão utópica da nova sociedade sem cuidar de saber nem das consequências nem da precisão dos próprios conceitos. Cheios de si mesmos, cavalcando a vitória política da Segunda Guerra Mundial esqueceram, aparentemente, a principal lição que deviam ter tirado. É que não é possível aproveitar as potencialidades, viabilidades e recursos de uma sociedade, subalternizando os grupos que não estão no Poder e impondo-lhes critérios de hegemonia sem alternativa. Se recuarmos na nossa memória histórica, constatamos que foi a falta de dialéctica estimulante e a consequente baixa entropia intelectual que provocou a estagnação quando não o afundamento da cultura portuguesa nos séc. XVI-XVII. A expulsão ou silenciamento das camadas mais intelectualizadas acabaria por conduzir, na prática, ao monolitismo de pensamento e à ausência de estímulos culturais. E, como se isso não bastasse, com a afirmação crescente de Espanha como potência mundial, fomos ficando cada vez mais remetidos para a periferia dos centros de decisão e difusão cultural. Infelizmente, por mais que se a *transvista* e negue, essa é também a nossa realidade actual.

O nosso sistema de ensino, centralizado e autocrático, há muito que banuiu a Família da Educação. Abalado por décadas de sucessivos modelos, assentes em pedagogias naïves e contra-natura, tem contribuído para o laxismo e desresponsabilização dos formandos. Impõe uma linha programática tipo produção standard que, como temos visto, só conduz à mediocridade e ao desinteresse de todos os intervenientes no processo. Os mais ricos, é claro, podem sempre recorrer ao ensino privado, alargando o fosso social que irá conduzir a perspectivas e aspirações reais desniveladas.

Em termos de conteúdos, constatamos que o ensino e divulgação da vida dos nossos maiores e dos heróis do nosso Panteão pátrio foram, na prática, remetidos para o *index* inquisitorial, como potencial propaganda *fascista*. O ensino da História Pátria tem vindo a ser reduzido à análise sociológica dos conflitos de interesses classistas através das épocas mais recentes. Com efeito, nos últimos 30 anos, tem-se privilegiado na Educação juvenil a inculcação de uma matriz ideológica fracturante, focando o relato histórico dos últimos duzentos anos de forma orientada e polarizada com uma maior incidência nos últimos cinquenta, sobre os quais não se mantém distanciamento que a prudência aconselha, em detrimento da recitação e informação sobre todo o património histórico que enforma a Nação de mais de oito séculos.

O Bem e os Bons relativizaram-se ideologicamente e o fomento da emulação pelo exemplo dos melhores perdeu-se. O individualismo tem vindo a crescer, a solidariedade humana e a abnegação altruísta a desaparecer e as referências axiais pátrias nem já nos museus se cultivam. O Indivíduo, considerado fora das suas relações com os outros, vê-se despojado da pertença a uma realidade



congregante e transformado numa abstracção quantitativa. Os povos submetidos às ditaduras socialistas bem sentiram na carne as consequências terríveis dessa utopia desastrosa a que nem as elites da *nomenklatura* conseguiam escapar.

Espelho actual do estado e ambição cultural da nossa sociedade, espectáculos como os televisivos *reality shows* (e seus sucedâneos) fidelizam multidões de seres que, procurando fugir às apagadas e vis tristezas da suas vidas reais, se deixam envolver pelas teias pegajosas daquela pobreza de espírito. Outros, ou porque se assumem como pertença de classes mais intelectualizadas ou porque têm ainda algum resquício de pudor, desculpam o seu interesse com a curiosidade da observação de uma experiência de cariz sociológico ou, mais francamente, com a atracção que o sórdido sempre provoca.

Quando não buscam nos instintos mais rasteiros a fórmula eficaz para captar as audiências, os senhores que controlam os *media* injectam-nos com informação e espectáculo que pouco têm que ver com as referências culturais intrínsecas da nossa gente. Há muito que se deixou de fazer a promoção da língua e da literatura, da cultura popular, da música erudita e tradicional, etc.. E, das poucas vezes que o tentam, fazem-no quase sempre de forma politicamente polarizada, tratando esses âmbitos culturais mais como um instrumento de captação ou marcação ideológica do que como um fim em si mesmo. A promoção da *Kultur* é uma permanente feira de vaidades, onde só um bem delimitado conjunto tem entrada. Procurando aguentar-se em circuito fechado, tentam passar a ideia da maior abertura de espírito e tolerância não prescindindo de convidar, por vezes, um ou outro *outsider*, porventura mais sequioso de visibilidade pública ou de consideração social, como forma de iludir a imagem fortemente restrita do círculo. Com efeito, a superestrutura cultural e educativa é maioritariamente controlada por forças *anacionais*, ou mesmo anti-nacionais. Sobretudo após os anos 50, a construção sustentada de uma autêntica estratégia *gramsciana*¹⁰ permitiu-lhes constituírem-se em referência incontornável primeiro, para, depois, assumirem um domínio alargado, quase hegemónico.

No sistema político, as formações partidárias agrupadas por matrizes ideológicas de há muito que cederam lugar às plataformas formadas pelo menor denominador comum dos interesses

¹⁰ Antonio Gramsci, foi um comunista italiano (converteu-se ao catolicismo antes de morrer) que defendeu que a conquista do Poder se devia fazer pelo topo social, pela superestrutura. O controlo da Cultura tornou-se o elemento fulcral da estratégia *gramsciana* que insistia em que o método usado pelos soviéticos, de consolidação do Poder político através do domínio da base infra-estrutural, era manifestamente desadequado e apenas levaria a um interminável esforço sem certeza de vitória. Contrariamente, o processo de conquista de parte das elites culturais permitiria aos comunistas de um determinado país, sobretudo se apoiados pela muleta e triangulação prestigiante de congéneres de outros Estados, tornar-se praticamente hegemónicos na esfera cultural, e logo educativa e informativa, podendo inclusive gerar e regenerar as próprias elites.



individuais ou de grupos limitados. Os partidos, nomeadamente os que configuram o balancé do Poder, são muitas vezes doutrinariamente intermutáveis, partilhando basicamente as mesmas ideias e orientações, apenas se distinguindo pelas cores clubistas, por um diferente património de memória histórica e, sobretudo, por distintas agregações de grupos de interesse. Tendo por referência a característica imobilidade burguesa dos Blocos Centrais, tendem a estratificar uma Liga de Poder estanque em que pontificam o clientelismo e o caciquismo, bloqueando qualquer iniciativa ou movimento que possa pôr em causa as regras do jogo, em particular, e o *status quo*, em geral. Acresce ainda que muitas outras forças vivas do Estado, nomeadamente as que têm por incumbência exercer funções de árbitro, tendem muitas vezes a constituírem-se em instrumentos políticos quando não partidários. À margem da essência do Direito e da Justiça que deve ser imparcial, simbolicamente cega e igual para todos, manipulam muitas vezes as omissões e o seu poder arbitrário ofendendo a Ética, a Decência e a Harmonia que devem presidir às regras do jogo social.

Vê-se, por todo o lado, a pusilanimidade ser premiada, a honradez e a abnegação ridicularizadas, a corrupção mimada e desvalorizada. As elites servem-se em vez de servirem, o compadrio sobrepõe-se ao mérito e a mediocridade alinhada grassa. O herói é considerado tolo, o crente mentecapto, o honesto indesejável. Apenas a amizade parece ainda persistir...

A desmontagem das Forças Armadas

Um dos problemas essenciais inerentes a qualquer sociedade organizada em Estado independente é o da Soberania, ponto fulcral da sobrevivência dessa mesma sociedade. Em todas elas existem grupos de indivíduos, hierarquicamente organizados, cuja função social é constituírem um garante directo e objectivo não só do factor de preservação mais palpável, a territorialidade, como também de qualquer eventualmente necessária projecção externa de Poder como suporte à defesa dos interesses fundamentais da Nação. Esses grupos constituem aquilo que geralmente se designa por Forças Armadas; elas são portanto formadas pelos indivíduos sobre cujos ombros repousa uma das mais altas responsabilidades sociais — a defesa do Permanente, ou seja da essência do agregado humano a que pertencem. Negligenciar, corromper, abastardar ou humilhar as Forças Armadas apenas servirá para, em última análise, degradar e aumentar as vulnerabilidades da Nação. Para essa mesma ordem de ideias concorre a tendência, dita alternativa, para alienar para terceiros, a defesa militar. Esta atitude, que surge, uma vez por outra, de maneira descarada e, mais frequentemente, de forma subliminar, é a imagem de marca de uma política demissionista e irresponsável. Essas orientações, justificadas amiúde como medidas de poupança e priorização orçamental, procuram quase sempre escamotear uma manifestação efectiva de anti-militarismo primário e de torpe pacifismo nefelibata. Sabe o Povo que a melhor forma de evitar uma agressão é demonstrar que se está preparado para a enfrentar, incutindo no adversário a convicção de que,



mesmo em situação de manifesta superioridade, lhe poderá sair muito cara a confrontação. Confiar apenas em terceiros, mesmo que conjunturalmente *aliados*, é esquecer os ensinamentos da História e ignorar os mecanismos que norteiam as Relações Internacionais. Poder, Força e Interesses são argumentos que, na prática, se sobrepõem sem reboço a Amizade, Paz ou Cooperação. A dinâmica da afirmação dos Estados e das Nações é tendencialmente elitista; tal como entre os indivíduos, também entre as Nações há umas mais iguais que outras. O pendor aristocrático que resulta da natural hierarquização das Nações é uma realidade evidente embora não tenha o carácter estático e definitivo que, na análise contextual, por vezes se é levado a aceitar. A confirmá-lo, basta recordar a involução da Rússia no *ranking* das Nações...

É por isso que as Forças Armadas devem ser a Reserva última, o garante da soberania essencial que reside no âmago da Nação e que, contra ventos e marés, deve poder traduzir a vontade intrínseca do Povo. Não é, afinal, isso o que decorre da verdadeira natureza da Democracia? Mas para isso, é igualmente fundamental que, sobretudo quando as orientações políticas falham ou são incorrectas, os Militares não colaborem, mesmo que involuntariamente, com a campanha de descrédito que mina as Forças Armadas, dando azo a incompreensões, suspeições e más-vontades por um excessivo egoísmo corporativista, por uma sobrevalorização imoral dos interesses particulares sobre os colectivos ou, no outro extremo, por uma equívoca confusão entre subordinação e subserviência.

No nosso País, opções como a que demagogicamente provocou o fim do recrutamento militar obrigatório são profundamente nefastas. Simbolicamente, o cumprimento das obrigações militares, em condições de normalidade, marca claramente para o indivíduo uma atitude de pertença à qual ele não pode fugir. A sua suspensão permitiu introduzir mais um elemento de desagregação na coesão identitária colectiva. As demonstrações e exercícios de solidariedade e de unidade colectivas são ainda mais importantes numa sociedade cada vez mais urbana e concentracionária que, dia a dia, perde as suas raízes e as ligações com o país profundo onde a Tradição ainda está enraizada e é gostosamente cultivada.

Aquilo que sentimos hoje é que a afirmação do tipo anti-herói grassa, pervertendo a ética e a estética nacionais, fomentando a dúvida e o desrespeito. Camuflada muitas vezes na exaltação falaciosa do fraco e do objector sistemático, é acintosamente apoiada, amiúde, por campanhas subsidiadas com o dinheiro dos nossos impostos. Tudo isso concorre para provocar uma depressão moral que facilita o desalento, a inércia e o derrotismo.

Se, na galeria mitológica que ainda nos condiciona mentalmente, Liberdade e Igualdade aparecem hoje irremediavelmente desgastadas, já a Fraternidade internacional subsiste. Reforçada pelas energias recambiadas dos outros dois bastiões filosóficos, cada vez menos apelativos, continua



a produzir estragos nas forças centrípetas da coesão nacional. É talvez em nome dela que em Portugal os Poderes dominantes promovem a extinção ou pelo menos atenuação da invocação e comemoração pública dos aniversários das glórias pátrias. Qualquer dia deixaremos de comemorar Aljubarrota para não ofender os espanhóis, ou lembrar os Heróis de Mucaba e Nambuangongo para não irritar os angolanos, ou mesmo evocar Chaimite, Marracuene ou Coolela para não indispor os moçambicanos. O Exército, aliás, tem retirado o seu apoio às comemorações de Aljubarrota ajudando assim a dar um passo importante nesse sentido. Resta-nos, obviamente, comemorar as derrotas que essas, aparentemente não ofendem ninguém. Talvez por isso tenha surgido a insigne ideia de transferir as comemorações do dia do Combatente do significativo e ideologicamente neutro 10 de Junho para 9 de Abril. Como é sabido, esta data evoca *apenas* a maior derrota que as Forças Armadas Portuguesas sofreram no séc. XX – a batalha de La Lys, consequência da irresponsável política intervencionista dos socialistas de então. Mas o que é verdadeiramente preocupante e lamentável é que algumas associações de ex-combatentes se tenham deixado instrumentalizar, com a conivência cúmplice de altas esferas militares, apoiando a iniciativa patrocinada por altos Poderes do Estado. Enfim, haja Saúde e Fraternidade e, é claro, subsídios.

A Segurança Pública e o desgaste da solidariedade social

Identificar as ameaças e as vulnerabilidades é o primeiro passo para estabelecer uma sólida e coerente política de segurança. As ameaças podem derivar de causas naturais, de acidentes ou desastres ou de actos intencionais. Quando estes são causados por uma violação voluntária de uma disposição legal que regulamenta ou proíbe um acto para a protecção da sociedade nas suas componentes e estruturas humanas são considerados crimes. Podem ter uma expressão isolada, contextual ou organizada. De qualquer forma, mesmo os actos criminosos individuais podem ser indirectamente influenciados pelo panorama criminal geral que caracteriza a sociedade onde eles ocorrem. A validade desta afirmação é ainda mais significativa nos dias de hoje, com a irreversível tendência para a globalização.

Incapazes de acompanhar as evoluções das ameaças que, em muitos casos, conflituam com entranhadas convicções ideológicas, os governantes, e as autoridades em geral, manifestam, face aos problemas da segurança pública, um comportamento que quase diríamos autista. Essa atitude é confrangedora e motivadora de reacções de indignação que conduzem, muitas vezes, a alterações da Ordem e a uma potencial escalada da violência, nada características do quotidiano da maioria dos povos.

Recentemente, quando me encontrava à janela de casa, assisti a um episódio que me marcou de maneira profunda. Impotente pela distância, pude ver uma criança, com pouco mais de dez anos, ser assaltada em pleno dia, por um marginal. O episódio é já habitual na zona em que vivo e faz



seguramente parte do quotidiano de muitas famílias portuguesas, apesar de os *esteticistas* governamentais e autárquicos insistirem em negá-lo. Embora indignado, porventura anestesiado pela habituação estatística, não fiquei particularmente admirado.

O que efectivamente me impressionou foi a atitude dos transeuntes adultos que passavam e que, cobardemente, se afastavam olhando para o lado, apressando o passo. A recusa de ajuda a uma criança ameaçada é manifestamente um indicador do baixo nível de solidariedade humana que a sociedade portuguesa de hoje apresenta. E isso deve-nos obrigar a reflectir profundamente sobre as causas que levaram a um tal estado de coisas. Uma delas é certamente o descurar, umas vezes por pusilanimidade e outras intencionalmente, as virtudes cívicas e patrióticas.

A insegurança, que nas grandes urbes aparece quase sempre associada aos grupos marginais e, nomeadamente, à toxicodependência, tem, tal como esse mesmo fenómeno, razões bem complexas. Em última análise, a droga deteriora, corrói ou destrói o nosso melhor recurso social - a juventude. As doutrinas sociais que nos governam, herdeiras da teoria do *Bom Selvagem* de Rousseau, tendem a auto-culpabilizar a Sociedade pela situação de marginalidade de muitos cidadãos que, voluntariamente, se degradam e afastam das regras mínimas da convivência em comunidade. Sob a capa de doentes¹¹, embora sem especificação definida, é gasta com eles uma soma importante dos recursos sociais, sem que se veja qualquer diminuição do consumo ou da criminalidade que ele engendra. Em compensação, doentes involuntariamente dependentes de fármacos para sobreviver, como os hemofílicos, os diabéticos, os que sofrem de esclerose múltipla, etc. são pouco mais que ignorados. Por incapacidade, conveniência judicial e policial do mal menor ou por pretensa piedade, toleram-se os toxicodependentes que todos os dias intimidam, agridem e maltratam sobretudo os mais novos e os mais velhos. Passa-se por cima desse factor de insegurança generalizado mas em compensação, talvez como manobra de diversão, lança-se o estigma sobre quem fuma, como se esse fosse o grande problema que socialmente nos afecta em termos de segurança.

Para a maioria, o conceito de Segurança implica um ambiente estável e relativamente previsível no qual um indivíduo ou um grupo possa prosseguir os seus objectivos sem medo de distúrbios ou agressões. As Autoridades tendem a avaliar o nível de segurança pela análise dos dados

¹¹ Será uma nova categoria de morbilidade, a doença social? Se fossem considerados doentes mentais certamente haveria lugar a internamentos forçados. Em vez disso, com a desculpa de lhes diminuir o seu sofrimento e lhes aumentar a esperança de vida são gastas somas astronómicas em estruturas e medicamentos enquanto se deixa ao cuidado das famílias os encargos para as tentativas de recuperação. Não deixa de ser sintomático que as maiores taxas de recuperação de toxicodependentes se verifiquem em comunidades terapêuticas suportadas pela Igreja que são também aquelas que menos apoios estatais recebem.



obtidos através da participação efectiva dos crimes. Mas, na realidade, a percepção do nível de Insegurança é muito mais importante para a definição das necessidades de segurança que a estatística do crime. Praticamente em todo o Mundo, se está a notar um aumento significativo na extensão e âmbito da criminalidade internacional desde os anos 90, ao mesmo tempo que os indicadores dão nota de uma ligeira descida na interna, nomeadamente nos segmentos da chamada baixa criminalidade. No entanto, o cidadão comum tem uma perspectiva diferente como o demonstram as inúmeras sondagens e inquéritos realizados. O que acontece, amiúde, é que, por falta de confiança no sistema judicial, as pessoas já nem se dão ao trabalho de apresentar queixa, introduzindo assim, sem o quererem, uma distorção nas estatísticas do crime.

Por outro lado as forças encarregadas da prevenção e repressão do crime encontram-se muitas vezes fragilizadas pela falta de orientação e apoio da própria tutela. A credibilidade das polícias é extremamente vulnerável à ausência de solidariedade das altas esferas públicas muitas vezes formadas por gente que não se consegue libertar da matriz ideológica dos anos 60, normalmente assente num substrato que oscila entre o marxismo pacifista e o socialismo mata-frades. Além disso, a complexidade e inovação das novas ameaças e riscos, bem como a sensação de perigo ou, pelo menos, de desconforto crescem de dia para dia, como uma bola de neve, amplificadas, eventualmente, pela tónica alarmista que alguns meios de comunicação social dão ao assunto. É, por isso, fundamental analisar e tentar perceber as razões profundas das percepções de medo e insegurança. É por demais evidente que o medo que as pessoas, em qualquer parte, têm do crime quer ele corresponda ou não à realidade dos factos, provoca uma alteração substancial nas suas actividades e formas de vida, com trágicas consequências para a coesão identitária colectiva.

Conclusão

Há quem pense que tudo isso são sinais dos tempos, consequências de um progresso que cada vez mais nos faz cidadãos do Mundo, anónimos, obedientes, apáticos e consumidores compulsivos. Outros há que crêem que essas políticas, quase niilistas, são provocadas intencionalmente por aqueles que se escondem nos bastidores de um Poder Oculto, sombrio e sem rosto, que tudo pretende dominar para nos tornar, universalmente, em acéfalos e dóceis governados. Do que eles se esquecem é que, tal como num corpo sujeito a uma infecção se produz espontaneamente uma reacção de resposta, também o tecido social, em desespero, tenderá a reagir ao crescente mal-estar.

No nosso caso, há que evitar o desmoronamento da Nação, sabendo procurar no sótão da nossa memória histórica o melhor da nossa consciência colectiva. É mister saber resistir ao perigoso declive conducente à fusão com o estrangeiro e reconquistar o Eu erguido sobre si próprio, incapaz de suportar a dependência. É forçoso garantir Soberania e Vontade para nos afirmar como Nação e



resistir à lenta dissolução em espaços mais ou menos alargados, mais ou menos regionais, onde a nossa herança como povo indiviso e insigne se perderia rapidamente na atracção centrípeta exercida por centros de poder mais fortes e persuasivos.

Há entre nós quem pretenda que a dissolução do Estado espanhol é vantajosa para Portugal. Pessoalmente entendo o contrário, sobretudo quando me ponho na pele de um analista ou decisor do centro da Europa. É mais fácil afirmarmo-nos internacionalmente numa concorrência política a dois, mesmo que desequilibrada, do que numa situação de Estados de *taifas* em que nos diminuiríamos e seríamos vistos seguramente como *mais um* dos Estados hispânicos e, mesmo assim, não necessariamente o mais forte e competitivo.